

DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS 2023



RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações financeiras relativa ao exercício social de 2023. Colocamo-nos à disposição dos Senhores acionistas para esclarecimentos necessários. Cataguases, 24 de abril de 2024.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Balanço Patrimonial

ENERGISA PARANAÍTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais de 2023 e 2022. Colocamo-nos à disposição dos Senhores acionistas para esclarecimentos necessários.

Cataguases, 24 de abril de 2024.

ENERGISA PARANAÍTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5.1	68	3.744
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	13.479	-
Concessionárias e permissionárias	6	1.679	1.486
Tributos a recuperar	7	554	453
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	10	10.859	10.442
Outros créditos		109	80
Total do circulante		26.748	16.205
Não circulante			
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	10	79.471	77.168
Outros créditos		-	56
		79.471	77.224
Imobilizado		79	4
Total do não circulante		79.550	77.228
Total do ativo		106.298	93.433

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGISA PARANAÍTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Passivo			
Cirulante			
Fornecedores	11	147	618
Impostos e contribuições sociais	12	583	577
Dividendos		2.486	-
Encargos setoriais		81	63
Outras contas a pagar		22	32
Total do circulante		3.319	1.290
Não cirulante			
Impostos e contribuições sociais	12	3.297	253
Impostos e contribuições sociais diferidos	8	2.562	2.774
Outras contas a pagar		59	34
Total do não circulante		5.918	3.061
Patrimônio líquido e recursos destinados a futuro aumento de capital			
Capital social	13.1	38.500	38.500
Reserva de lucros	13.2, 13.3 e 13.4	58.561	50.582
Total patrimônio líquido		97.061	89.082
Total do passivo e patrimônio líquido		106.298	93.433

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2. Demonstração do Resultado

ENERGISA PARANAÍTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2023	2022
Receita de infraestrutura, operação e manutenção, ganho de eficiência na implementação da infraestrutura e outras, líquidas		(715)	2.859
Remuneração dos ativos da concessão		13.056	15.765
Receita operacional líquida	14	12.341	18.624
Custo do operação	15	(1.614)	(2.008)
Lucro bruto		10.727	16.616
Despesas gerais e administrativas	15	(695)	(247)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		10.032	16.369
Receitas financeiras	16	985	170
Despesas financeiras	16	(20)	(122)
Receitas financeiras líquidas		965	48
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		10.997	16.417
Imposto de renda e contribuição social corrente	8	(130)	(241)
Imposto de renda e contribuição social diferido	8	(402)	(211)
Lucro líquido do exercício		10.465	15.965
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - R\$	17	0,34	0,52

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. Demonstração do Resultado Abrangente

ENERGISA PARANAÍTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Lucro líquido do exercício	17	10.465	15.965
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Outros resultados abrangentes		-	-
Total do resultado abrangente do exercício		10.465	15.965

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. Demonstração das mutações do patrimônio líquido

ENERGISA PARANAÍTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
 (Valores expressos em milhares de reais)

Nota	Capital social	Reservas de lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Total
		Reserva Legal	Outras reservas de lucros - orçamento de capital	Retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	31.000	1.773	-	45.344	-	78.117
Aumento de capital conforme AGE de 20/05/2022	13.1 7.500	-	-	(7.500)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	15.965	15.965
Proposta de destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	13.2 -	798	-	-	(798)	-
Dividendos	13.6 -	-	-	-	(5.000)	(5.000)
Retenção de lucros	13.3 -	-	-	10.167	(10.167)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	38.500	2.571	-	48.011	-	89.082
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	10.465	10.465
Proposta de destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	13.2 -	523	-	-	(523)	-
Dividendos	13.6 -	-	-	-	(2.486)	(2.486)
Reserva de lucros - orçamento de capital	13.4 -	-	7.456	-	(7.456)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	38.500	3.094	7.456	48.011	-	97.061

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

5. Demonstração do fluxo de caixa

ENERGISA PARANAÍTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
'DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
3 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	17	10.465	15.965
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	8	532	452
PIS & COFINS diferido		2.743	618
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas		(985)	(169)
Margem de Construção, operação e remuneração do ativo de coi	14	2.645	-
Remuneração do ativo de contrato	10	(13.056)	(16.917)
Receita de construção da infraestrutura	14	(2.645)	-
Amortização e depreciação	15	11	-
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante			
(Aumento) diminuição de tributos a recuperar	7	(101)	80
Diminuição de Concessionárias e permissionárias	6	10.143	8.910
(Aumento) outros créditos		(48)	(136)
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante			
(Diminuição) aumento de fornecedores	11	(471)	561
Aumento de Encargos do Consumidor		18	-
(Diminuição) de impostos e contribuições sociais	12	(437)	(1.383)
Aumento de outras contas a pagar		90	67
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		8.904	8.048
Atividades de investimentos			
Aplicações financeiras e recursos vinculados		(12.494)	165
Aplicações no imobilizado e intangível		(86)	(4)
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos		(12.580)	161
Atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos	13.6	-	(5.000)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		-	(5.000)
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa		(3.676)	3.209
Caixa e equivalentes de caixa iniciais	5.1	3.744	535
Caixa e equivalentes de caixa finais	5.1	68	3.744
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa		(3.676)	3.209

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

6. Demonstração do valor adicionado - DVA

ENERGISA PARANAÍTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Geração do valor adicionado			
Receitas			
Remuneração do ativo de contrato da concessão	14	13.056	16.917
Receita de construção da infraestrutura	14	(2.645)	-
(Perda) de eficiência na implementação da infraestrutura	14	2.645	-
Receita de operação e manutenção	14	2.245	1.757
Outras receitas	14	430	1.102
		15.731	19.776
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Materiais, serviços de terceiros	15	(2.012)	(2.124)
Outros custos operacionais	15	(262)	(91)
		(2.274)	(2.215)
Valor adicionado bruto		13.457	17.561
Retenções			
Depreciação e amortização	15	(11)	-
Valor adicionado líquido produzido		13.446	17.561
Valor adicionado recebido em transferência			
Receita financeira	16	985	169
Valor adicionado a distribuir		14.431	17.730
Distribuição do valor adicionado:			
Pessoal			
Remuneração direta		-	33
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		3.922	1.452
Obrigações Intra-setoriais		-	158
Remuneração de capital de terceiros			
Juros	16	20	122
Aluguéis		24	-
Remuneração de capitais próprios			
Reserva legal	13.2	523	798
Dividendos	13.5	2.486	5.000
Retenção de lucros	14.3	7.456	10.167
		14.431	17.730

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

7. Balanço Social

ENERGISA PARANAÍTA TRANSMISSORA DE ENERGIA						
BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2023						
(Em milhares de reais)						
1 - Base de Cálculo	2023			2022		
Receita líquida (RL)	12.341			18.624		
Resultado operacional (RO)	10.997			16.417		
Folha de pagamento bruta (FPB)	-			39		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	-	#DIV/0!	0,00%	-	0,00%	0,00%
Encargos sociais compulsórios	-	#DIV/0!	0,00%	6	15,38%	0,03%
Previdência privada	-	#DIV/0!	0,00%	-	0,00%	0,00%
Saúde	-	#DIV/0!	0,00%	-	0,00%	0,00%
Segurança e saúde no trabalho	-	#DIV/0!	0,00%	-	0,00%	0,00%
Educação	-	#DIV/0!	0,00%	-	0,00%	0,00%
Cultura	-	#DIV/0!	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	-	#DIV/0!	0,00%	-	0,00%	0,00%
Creches ou auxílio-creche	-	#DIV/0!	0,00%	-	0,00%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	-	#DIV/0!	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	-	#DIV/0!	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total - Indicadores sociais internos	-	#DIV/0!	0,00%	6	15,38%	0,03%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Educação	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Saúde e saneamento	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Esporte	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total das contribuições para a sociedade	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Tributos (excluídos encargos sociais)	3.922	35,66%	31,78%	1.446	8,81%	7,76%
Total - Indicadores sociais externos	3.922	35,66%	31,78%	1.446	8,81%	7,76%
4 - Indicadores Ambientais	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%		() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%			
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2023			2022		
Nº de empregados(as) ao final do período	-			-		
Nº de admissões durante o período	-			-		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	-			-		
Nº de estagiários(as)	-			-		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	-			-		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	-			-		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	0,00%			0,00%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	-			-		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0,00%			0,00%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	-			-		

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2023			Metas 2024		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	-			-		
Número total de acidentes de trabalho	-			-		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolverá	(X) seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT	() não se envolverá	(X) seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	(X) direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não serão considerados	() serão sugeridos	(X) serão exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(X) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolverá	(X) apoiará	() organizará e incentivará	() não se envolverá	(X) apoiará	() organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa -	no Procon -	na Justiça -	na empresa -	no Procon -	na Justiça -
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa -	no Procon -	na Justiça -	na empresa -	no Procon -	na Justiça -
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2023: 14.431			Em 2024: 17.730		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	27% governo 17%acionistas	0% colaboradores(as) 0% terceiros	55% retido	9% governo 0%acionistas	0% colaboradores(as) 1% terceiros	90% retido
7 - Outras Informações	2023			2022		
7) Investimentos sociais						
7.1 - Programa Luz para Todos						
7.1.1 - Investimento da União	-			-		
7.1.2 - Investimento do Estado	-			-		
7.1.3 - Investimento do Município	-			-		
7.1.4 - Investimento da Concessionária	-			-		
Total - Programa Luz para Todos (7.1.1 a 7.1.4)	-			-		
7.2 - Programa de eficiência Energética	-			-		
7.3 - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	-			-		
Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3)	-			-		

Nota Explicativa

Energisa Paranaíta Transmissora de Energia S/A **Notas explicativas às demonstrações financeiras para o** **exercício findo em 31 de dezembro de 2023** (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. Contexto operacional

A Energisa Paranaíta Transmissora de Energia S/A (“Companhia”), com sede na cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 27 de junho de 2016 e tem como objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia.

1.1 Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica

Em 27 de junho de 2016, foi assinado o contrato de concessão nº 22/2016 junto a ANEEL, que outorgou a Companhia pelo prazo de 30 anos, com vencimento em 27 de junho de 2046, a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão, localizadas no Estado de Mato Grosso, composta pela Linha de Transmissão SE Paranaíta, em 500/138 kV, 3 x 50 MVA, conexões de unidades de transmissão, entradas de linha, interligações de barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias as funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

O contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão, efetivamente utilizados na prestação do serviço.

As obrigações da Companhia, previstas no contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica para implementar, operar, explorar e manter as linhas de transmissão pertencentes a rede básica do Sistema Interligado Nacional --SIN por um período de 30 anos são:

I - Operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do serviço regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações localizados em sua área de concessão;

II - Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência e segurança em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - Organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade, providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico;

IV - Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória.

V - Submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VI - Manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes; e

VII - Operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis e adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, por no máximo igual período, de acordo com o que dispõe o § 3º art. 4º da Lei nº 9.074 de 7 de julho de 1995, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 19 de março de 2024.

2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 19.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - (“IASB”), requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- I. Nota explicativa nº 8 - Créditos tributários;
- II. Nota explicativa nº 10 - Concessão do serviço público (ativo de contrato); e
- III. Nota explicativa nº 19 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos;

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Principais políticas contábeis

a. **Caixa e equivalentes de caixa** - Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação;

b. **Instrumentos financeiros**

Ativos financeiros:

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos baseados na performance de um ativo.

Passivos financeiros:

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos e compreendem em saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado - após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

Compensação de instrumentos financeiros:

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- c. **Concessionárias e permissionárias** - refere-se aos valores de contas a receber de faturas emitidas pelo Uso do Sistema de Transmissão, contabilizada com base no regime de competência;
- d. **Ativo de contrato de concessão**- corresponde ao contrato de concessão nº 30/2018 do serviço público de transmissão de energia elétrica firmado entre o Poder concedente e a Companhia. No qual, as características do contrato de concessão fornecem a Administração base para entendimento de que as condições para a aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, está atendido de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica.

Conforme previsto no contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um contas a receber (ativo financeiro).

O valor do ativo contratual da sua Companhia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato, conforme o tipo de concessão. Estes fluxos de recebimentos são: (i) remunerados pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio estabelecida no início de cada projeto, que varia entre 8% e 12% ao ano; e (ii) atualizados pelo IPCA.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

Para estimativas referentes a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa aplicada para o valor presente líquido da margem de construção e de operação é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento, como também o reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, registra-se também uma receita de remuneração sobre o ativo de contrato utilizando a taxa implícita definida no início de cada projeto obtida após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção.

- e. **Imposto de renda e contribuição social** - a tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando o regime de tributação com base no lucro presumido. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente.

O imposto de renda é calculado mediante a aplicação da alíquota de 15% sobre o percentual de presunção de 8% da receita bruta, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240; e a contribuição social é calculada mediante a aplicação da alíquota de 9% sobre o percentual de presunção de 12% da receita bruta.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro adotados pela Companhia.

- f. **Provisões** - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis.
- g. **Receita Operacional** - as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

As receitas da Companhia são:

- **Receita de construção e margem de construção:** refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de construção são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se a margem estimada para cada projeto e as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento;
 - **Remuneração do ativo de contrato:** refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alteração posterior. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa que varia entre 8% e 12% ao ano;
 - **Ganho de eficiência na implementação da infraestrutura:** refere-se aos ganhos que podem ser auferidos com certo grau de confiabilidade durante a construção da infraestrutura e na energização do projeto, por refletirem algumas eventuais variações positivas ou negativas, tais como economias Capex na fase conclusão ou revisão positiva da RAP considera inicialmente no fluxo de recebimento e entrada em operação antecipada em relação ao prazo da ANEEL; e
 - **Receita de operação e manutenção:** refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica que tem início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade da infraestrutura de transmissão.
- h. **Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço;
- i. **Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09/CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

3.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

(i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com em ou após
Alterações ao IAS 1	Passivos não circulantes com <i>covenants</i>	1º de janeiro de 2024
Alterações IAS 7 e IFRS 7	Acordos de financiamento de fornecedores	1º de janeiro de 2024
IFRS 16	Passivo de arrendamento em uma transação de “ <i>Sale leaseback</i> ”	1º de janeiro de 2024

(ii) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022, os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com em ou após
IFRS 17	Contratos de Seguros	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante	1º de janeiro de 2023
IAS 12	Impostos Diferidos ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 8	Definição de estimativas contábeis	1º de janeiro de 2023

A Companhia avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o período e não identificou até o momento qualquer impacto ou alterações em suas demonstrações financeiras.

4 Informações por segmento

A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

5 Caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

5.1 Caixa e Equivalente de caixa

A carteira de aplicações financeiras foi constituída, principalmente, por Operações Compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira em foi de 40,0% do CDI.

Descrição	2023	2022
Caixa e depósitos bancários à vista	68	68
Aplicações financeiras de liquidez imediata		
Operações compromissadas	-	3.676
Total de caixa e equivalentes de caixa - circulantes ⁽¹⁾	68	3.744

⁽¹⁾ As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação.

5.2 Aplicações financeiras no mercado aberto e recurso vinculados

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: fundos de renda fixa, LFT, operações compromissadas, CCB's, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira em 2023 equivale a 103,5% do CDI.

Descrição	2023
Avaliadas a valor juntos por meio do resultado	
Fundos de Investimentos Exclusivos ⁽¹⁾	
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	208
Operações compromissadas	2.317
Fundo de Renda Fixa	7.811
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	893
Letra Financeira (LF)	2.250
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	13.479

⁽¹⁾ Fundo de investimentos exclusivos, inclui aplicações em CCB, Operações compromissadas, Fundos de Renda Fixa, LFT e LF são remuneradas 103,5% do CDI Fundo BTG Zona da Mata.

6 Concessionárias e Permissionárias

	2023	2022
Contas a receber com partes relacionadas	203	40
Contas a receber de demais clientes	1.476	1.446
Total circulantes	1.679	1.486

7 Tributos a recuperar

Descrição	2023	2022
Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ	478	377
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSLL	64	64
Contribuições ao PIS e à COFINS	12	12
Total - circulante	554	453

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

8 Créditos tributários impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

	2023	2022
Passivo		
Imposto de renda	(1.884)	(2.040)
Contribuição social sobre o lucro líquido	(678)	(734)
Total	(2.562)	(2.774)
Total líquido - passivo não circulante	(2.562)	(2.774)

As diferenças temporárias, considerando a presunção do regime de tributação, são:

	2023		2022	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Concessão do serviço público - ativo de contrato	(7.536)	(2.562)	(8.159)	(2.774)
Total - Ativo (passivo) não circulante	(7.536)	(2.562)	(8.159)	(2.774)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a despesa de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado do exercício, foi apurada pelo regime de tributação de lucro presumido, conforme segue:

Regime lucro presumido	2023		2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receitas de operações com transmissão de energia	2.493	2.493	11.674	11.674
Receita operacional bruta	13.056	13.056	-	-
Alíquotas de presunção	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	1.244	1.866	934	1.401
Receitas da prestação de serviços	182	182	-	-
Alíquota de presunção	32%	12%	32%	12%
Base de cálculo	58	22	-	-
Receita financeira sobre aplicações financeiras	180	180	344	344
Total das receitas sem presunção	180	180	344	344
Base de cálculo total	1.482	2.068	1.278	1.745
Alíquota	15%	9%	15%	9%
IRPJ e CSLL	(222)	(186)	(192)	(157)
Adicional IRPJ (10% da base superior a R\$20 por mês)	(124)	-	(103)	-
Despesa com Imposto sobre a Renda e Contribuição	(346)	(186)	(295)	(157)

9 Transação com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Energisa Transmissão de Energia S/A (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário das seguintes Companhias:

	Sigla	Ramo de atividade
. Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A;	EPA I	Transmissão de energia
. Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A;	EGO I	Transmissão de energia
. Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A;	EPA II	Transmissão de energia
. Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A;	EAM	Transmissão de energia
. Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A;	ETT	Transmissão de energia
. Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S/A;	ETT II	Transmissão de energia
. Energisa Amapá Transmissora de Energia S/A;	EAP	Transmissão de energia
. Gemini Energy S/A;	GEMINI	Holding
. Nova Gemini Transmissão de Energia S/A;	NOVA GEMINI	Holding
. Energisa Amazonas Transmissora de Energia II S/A;	EAM II	Transmissão de energia
. Energisa Transmissão de Energia IV S/A;	ETE IV	Transmissão de energia
. Energisa Transmissão de Energia V S/A;	ETE V	Transmissão de energia
. Energisa Transmissão de Energia VII S/A;	ETE VII	Transmissão de energia
. Energisa Transmissão de Energia VIII S/A; e	ETE VII	Transmissão de energia
. Energisa Transmissão de Energia IX S/A.	ETE IX	Transmissão de energia
. Energisa Transmissão de Energia X S/A.	ETE X	Transmissão de energia

Controladas diretas da Gemini Energy S/A:

	Sigla	Ramo de atividade
. Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S/A;	LTTE	Transmissão de energia
. Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A;	LMTE	Transmissão de energia
. Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A;	LXTE	Transmissão de energia
. Linhas de Itacaiúnas Transmissora de Energia S/A; e	LITE	Transmissão de energia
. Plena Operação e Manutenção de Transmissoras de Energia Ltda.	POMTE	Serviços

A Energisa Transmissão de Energia S/A (ETE), é controlada pela Energisa S.A que, por meio das participações nas sociedades, Denerge - Desenvolvimento Energético S/A, Rede Energia Participações S/A, Energisa Soluções S/A (ESOL), Alsol Energias Renováveis S/A, Energisa Biogás S/A (EBG), Energisa Distribuição de Gás S/A (EDG) e Energisa Participações Minoritárias S/A (EPM), possui participação indireta nas seguintes Companhias, como segue:

	Sigla	Ramo de atividade
Controladas diretas das Energisa S/A		
. Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A;	EPB	Distribuição de energia
. Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S/A	EMR	Distribuição de energia
. Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A;	ESE	Distribuição de energia
. Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A;	ERO	Distribuição de energia
. Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A;	EAC	Distribuição de energia
. Energisa Soluções S/A;	ESOL	Serviços
. Energisa Comercializadora de Energia Ltda;	ECOM	Comercialização de energia
. Voltz Capital S/A;	VOLTZ	Serviços
. Alsol Energias Renováveis S/A.	ALSOL	Holding
. Energisa Geração Central Solar Rio Do Peixe I S/A;	EGCS-RP1	Parque Solar
. Energisa Geração Central Solar Rio Do Peixe II S/A;	EGCS-RP2	Parque Solar
. Energisa Biogás S/A.;	EBG	Holding
. Energisa Distribuição de Gás S/A; e	EDG	Holding
Rede Energia Participações S/A		
. Energisa Participações Nordeste S/A.	EPN	Holding
. Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A;	EMT	Distribuição de energia
. Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A;	EMS	Distribuição de energia
. Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A;	ETO	Distribuição de energia
. Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S/A;	ESS	Distribuição de energia
. Multi Energisa Serviços S/A;	MULTIENERGISA	Serviços
. Rede Power do Brasil S/A;	REDE POWER	Holding
. Companhia Técnica e Comercialização de Energia; e	CTCE	Comercialização de energia
. QMRA Participações S/A.	QMRA	Holding
Controladas diretas da Alsol Energias Renováveis S/A:		
. Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda;	LARALSOL	Geração de energia distribuída
. URB Energia Limpa Ltda;	URB	Geração de energia distribuída
. Reenergisa Geração Fotovoltaica I S/;	REENERGISA I	Geração de energia distribuída
. Reenergisa Geração Fotovoltaica II S/A;	REENERGISA II	Geração de energia distribuída
. Reenergisa Geração Fotovoltaica III S/A;	REENERGISA III	Geração de energia distribuída
. Reenergisa Geração Fotovoltaica IV S/A;	REENERGISA IV	Geração de energia distribuída
. Reenergisa Geração Fotovoltaica VI S/A;	REENERGISA VI	Geração de energia distribuída
. Renesolar Engenharia Elétrica Ltda;	RENESOLAR	Geração de energia distribuída
. Flowsolar Engenharia Elétrica Ltda; e	FLOWSOLAR	Geração de energia distribuída
. Carbonsolar Engenharia Elétrica Ltda.	CARBONSOLAR	Geração de energia distribuída
Controladas diretas da Energisa Soluções S/A:		
. Energisa Soluções Construções e Serviços em Linhas e Redes S/A.	ESOLC	Serviços
Controlada direta da Energisa Biogás S/A:		
. Agric Adubos e Gestão de Resíduos Industriais e Comerciais S/A	AGRIC	Usina de compostagem
Controlada direta da Energisa Distribuição de Gás S/A:		
. Companhia de Gás do Espírito Santo - ES GÁS	ES GÁS	Distribuição de gás natural

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia:

	Serviços contratados (despesas)	Receita com transmissão de energia (1)	Saldo a pagar (fornecedores)	Clientes
ESA ⁽³⁾	(425)	-	(71)	-
ESOL ⁽²⁾	(977)	-	(66)	-
ESS	-	13	-	-
ETO	-	7	-	-
EMT	-	9.872	-	203
ESE	-	7	-	-
EMS	-	19	-	-
EPB	-	15	-	-
EMR	-	2	-	-
EAC	-	2	-	-
ERO	-	8	-	-
2023	(1.402)	9.945	(137)	203
2022	(583)	8.277	(583)	40

- (1) Referem-se ao transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, conforme previsto no contrato de concessão.
- (2) Energisa Soluções S/A: as transações com as empresas ligadas referem-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos. Os contratos foram submetidos à aprovação da ANEEL e são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários.
- (3) Serviços compartilhados de rotinas administrativas - refere-se a prestação de serviços complementares de rotinas administrativas aos processos de suprimentos, recursos humanos, infraestrutura administrativa, finanças, contabilidade e faturamento. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. O contrato de compartilhamento foi aprovado pela Aneel e firmado em 31 de maio de 2022 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser renovado mediante aditivo contratual.

Remuneração dos administradores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não realizou o pagamento de remuneração aos administradores.

	2022
Remuneração da Diretoria	6

10 Concessão do serviço público (ativo de contrato)

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme normas do CPC 47.

As concessões das Companhias de transmissão por não ser onerosas, não possuem obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Ao final do contrato de concessão, todos os bens e instalações passarão a ser de propriedade da União.

Os ativos contratuais, serão recebidos pelas Companhias através da Receita Anual Permitida - RAP, correspondendo aos fluxos de caixa firmados no contrato da concessão.

Conforme previsto pelo CPC47/IFRS 15, a Companhia passou a avaliar um ativo de contrato quanto à redução ao valor recuperável de acordo com o CPC48/IFRS 9, onde para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não foi identificada necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável para o ativo de contrato.

A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.

Seguem as movimentações ocorridas nos exercícios:

Descrição	
Linhas de Transmissão	SE Paranaita, em 500/138 kV, 3 x 50 MVA
Margem de construção	0% a 5%
Margem de operação e manutenção	10% a 18%
Taxa de remuneração ⁽¹⁾	8% a 12%
Índice de correção do contrato	IPCA
Custos incorridos	-
RAP anual	12.668

⁽¹⁾ A taxa utilizada para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, que reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.

Segue as movimentações do ativo de contrato ocorrida no período:

Ativo de Contrato de Concessão	2023	2022
Saldo inicial	87.610	79.764
Receita de remuneração do ativo de contrato	13.056	16.917
Receita de operação e manutenção	2.245	1.757
Ganhos/perdas de eficiência na implementação da infraestrutura	(2.645)	-
Receita de construção da infraestrutura	2.645	-
Recebimento RAP ⁽¹⁾	(12.581)	(10.828)
Saldo Final	90.330	87.610
Circulante	10.859	10.442
Não Circulante	79.471	77.168

⁽¹⁾ A RAP do ciclo 2023-2024 foi reajustada pela variação do IPCA em 3,93%.

11 Fornecedores

	2023	2022
Serviços	147	618
Total - circulante	147	618

12 Impostos e Contribuições Sociais

	2023	2022
Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ	282	83
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	202	105
Contribuições ao PIS e à COFINS ⁽¹⁾	3.360	637
Encargos Sociais	6	-
Imposto Sobre Serviços - ISS	3	2
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte	27	3
Total	3.880	830
Circulante	583	577
Não circulante	3.297	253

⁽¹⁾ PIS e COFINS diferidos reconhecidos sobre o Ativo Contratual constituído, a serem recolhidos na proporção do recebimento da RAP - Receita Anual Permitida.

13. Patrimônio Líquido

13.1 Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2023 é de R\$38.500 (R\$38.500 em 2022), representando 31.000.000 (31.000.000 em 2022 ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país.

13.2 Reserva de lucros - reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

13.3 Reserva de lucros - reserva de retenção de lucros

O montante de reserva de retenção de lucros no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$48.011 (R\$48.011 em 2022). Em 2022, foram retidos R\$10.167 com base no orçamento de capital aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

13.4 Reserva de lucros - orçamento de capital

O montante de reserva de orçamento de capital no exercício findo em 2023 é de R\$7.456, que foram retidos com base no orçamento de capital a ser aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

13.5 Limite de Reserva de Lucros

A Diretoria irá propor à AGE, a capitalização de R\$10.100 de parte do saldo da reserva de retenção de lucros, de forma que o saldo das reservas de lucros não ultrapasse o capital social, conforme estabelecido no art. 199 da Lei 6.404/76. Com esse aumento, o capital social passará a ser de R\$48.600 sem alteração da quantidade de ações.

13.6 Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	10.465	15.965
Reserva legal - 5%	(523)	(798)
Lucro líquido ajustado	9.942	15.167
Dividendos obrigatórios (25%)	2.486	3.792
. Valores pagos em 23 de dezembro de 2022 correspondem a R\$0,1298701298 por ação ordinária	-	5.000
. Dividendos a pagar - R\$0,08017653258 por ação ordinária	2.486	-
% sobre o lucro líquido ajustado	25,00%	32,96%

14. Receita operacional

	2023	2022
Receita de construção da infraestrutura	2.645	-
(Perda) de eficiência na implementação da infraestrutura	(2.645)	-
Receita de operação e manutenção	2.245	1.757
Receita de remuneração do ativo de contrato	13.056	16.917
Outras receitas	430	1.102
Total de receita operacional bruta	15.731	19.776
Deduções da receita operacional		
Pis corrente	(85)	(67)
Pis diferido	(489)	(110)
Cofins corrente	(390)	(310)
Cofins diferido	(2.254)	(507)
Programa de Desenvolvimento Energético (P&D)	(124)	(113)
Taxa de fiscalização	(48)	(45)
Dedução da receita	(3.390)	(1.152)
Receita operacional líquida	12.341	18.624

15. Custos e Despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício possuem a seguinte composição por natureza de gasto.

	De Operação	Despesas Gerais e Administrativas	2023	2022
Pessoal	-	-	-	39
Material	411	5	416	250
Serviços de terceiros	1.010	586	1.596	1.876
Depreciação e amortização	-	11	11	-
Outras	193	93	286	90
	1.614	695	2.309	2.255

16. Receitas e despesas financeiras

	2023	2022
Receita de aplicação financeira	985	165
Outras receitas	-	5
Total das receitas financeiras	985	170
Juros e multa	(2)	-
Despesas Bancárias/IOF	(8)	(14)
Outras despesas	(10)	(108)
Total despesas financeiras	(20)	(122)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	965	48

17. Lucro por ação básico e diluído

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	10.465	15.965
Média ponderada das ações	31.000	31.000
Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$ (*)	0,34	0,52

(*) A Companhia não possui instrumento diluidor.

18. Cobertura de Seguros

A política de Seguros da Empresa baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			2023	2022
Risco Operacional	30/07/2025	90.000	64	70
Responsabilidade Civil Geral	23/06/2025	90.000	4	1
			74	71

19. Instrumentos financeiros e gerenciamentos de risco

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

ATIVO	Nível	2023		2022	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor justo
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto	2	13.479	13.479	-	-
		13.479	13.479	-	-

As suas características operacionais e a sua estrutura patrimonial colocam a Companhia em um ambiente em que o risco de mercado é extremamente baixo. Em virtude dessas condições, a Administração entende ser desnecessária a utilização de instrumentos financeiros derivativos. Em 31 de dezembro de 2023, o valor contábil dos ativos e passivos financeiros representam aproximadamente os valores de mercado.

Gerenciamento de risco financeiro

A Diretoria tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista anualmente e disponível na web site da controladora Energisa) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia, através da controladora, conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro

Gerenciamento dos riscos de crédito

É baixo o risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores em transações com empresas relacionadas. A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia é o valor do saldo de fornecedores. A mitigação desse risco ocorre com a aplicação de procedimentos de monitoramento das operações realizadas pelas empresas relacionadas.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não operou com derivativos.

Gerenciamento dos riscos de liquidez

O risco de liquidez representa o risco de a Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e se antecipando para futuras necessidades de caixa.

O montante de caixa, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e Demais Instalações de Transmissão - DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL. A Companhia é remunerada pela disponibilização do sistema de transmissão, eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O recebimento da parcela de indenização das instalações referente ao SE representa importante fonte de geração de caixa para a Companhia conseguir cumprir seu planejamento financeiro para os próximos exercícios. A Companhia faz gestão de eventuais alterações no cronograma e processos judiciais que possam impactar os recebimentos.

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	13.479	Baixa CDI	1.213	910	607
Total	13.479		1.213	910	607

(*) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2024 (9,00% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de dezembro de 2023.

20. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 2023 e 2022, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

	2023	2022
Atividades operacionais		
Remuneração do ativo de contrato da concessão	13.056	19.617
Margem de Construção, operação e remuneração do ativo de contrato da transmissão	(2.645)	(10.828)
Atividades de financiamento		
Aumento de Capital	-	7.500

---*---

Diretoria Executiva

Gabriel Mussi Moraes
Diretor Presidente

Nicolas Juan Octavio Pinon de Manfredi
Diretor Geral de Operações

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Fernando César Maia
Diretor Técnico

Rodolfo da Paixão Lima
Contador
CRC-RJ 107.310/O-0